

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS
IMOBILIÁRIOS DA 3ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA CASA DE PEDRA
SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**

I – PARTES:

Pelo presente instrumento particular, as partes:

CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjunto 152, Bairro Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.468.139/0001-98, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante simplesmente designada ("Securizadora"); e

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, sala 2.401, Centro, CEP 20050-055, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário").

Sendo a Securizadora e o Agente Fiduciário denominados em conjunto simplesmente como "Partes" e, individualmente, se indistintamente, simplesmente como "Parte";

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

a) em 01 de Outubro de 2019, a Devedora emitiu, em favor da **COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP**, instituição financeira, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, na Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – CJ 501, Floresta, CEP 90560-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.282.093/0001-50 ("CHP"), a *Cédula de Crédito Bancário n.º 11501454-3* ("CCB"), no valor total de principal de R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) ("Valor Principal"), nos termos da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 ("Lei 10.931/04"), sendo certo que a finalidade da CCB é o financiamento imobiliário destinado exclusivamente ao desenvolvimento do empreendimento imobiliário residencial, qual seja o empreendimento imobiliário denominado "Empreendimento Cobalto", objeto da matrícula nº 30.874 do Livro nº 2 – Registro Geral do Registro de Imóveis da 5ª Zona de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul ("Empreendimento Alvo"), de propriedade da Devedora, sendo que o Empreendimento Alvo está devidamente identificado no Anexo III da CCB;

b) a Devedora se obrigou a pagar em favor da CHP o valor do financiamento imobiliário para fins exclusivamente residenciais a ela concedido pelo CHP, conforme previsto na CCB, acrescido de Juros Remuneratórios, nos termos da CCB, bem como todos e quaisquer outros encargos devidos por força da CCB, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários e demais encargos contratuais e legais previstos e relacionados à CCB ("Créditos Imobiliários");

c) A CHP cedeu, à Securizadora a totalidade dos Créditos Imobiliários, mediante a celebração do *Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras*

Avenças ("Contrato de Cessão");

d) A Devedora, no âmbito da CCB, se obrigou a outorgar, em garantia, incluindo, mas não se limitando, ao adimplemento dos Créditos Imobiliários, conforme previsto na CCB, tais como os montantes devidos a título de Valor Principal, Juros Remuneratórios ou encargos de qualquer natureza ("Obrigações Garantidas"), as seguintes garantias:

(i) cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária") da totalidade dos recebíveis vincendos de titularidade da Devedora oriundos da comercialização das Unidades Vendidas (conforme definido na CCB) e promessa de cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis de titularidade da Devedora oriundos da eventual comercialização das Unidades em Estoque (conforme definido na CCB) ("Direitos Creditórios"), formalizadas por meio do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", entre a Devedora e a Securitizadora ("Contrato de Cessão Fiduciária");

(ii) alienação fiduciária sobre as Unidades em Estoque do Empreendimento Alvo ("Alienação Fiduciária de Imóveis");

(iii) promessa de alienação fiduciária dos Imóveis em Dação (conforme definido na CCB), formalizada, nesta data, por meio da celebração do "*Instrumento de Promessa de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia*" ("Contrato de Promessa de Alienação Fiduciária" e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária e com o presente Contrato, denominados simplesmente como "Instrumentos de Garantia") ("Promessa de Alienação Fiduciária") e, quando efetivamente constituídas as alienações fiduciárias sobre os Imóveis em Dação, denominadas "Alienações Fiduciárias dos Imóveis em Dação"; e

(iv) aval outorgado pelos Interveniente Anuentes, conforme definidos no Contrato de Cessão, na qualidade de avalistas.

e) A Securitizadora emitiu 1 (uma) Cédula de Crédito Imobiliário integral, com garantia real, sob a forma escritural ("CCI"), para representar os Créditos Imobiliários, nos termos do *Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral, com Garantia Real e Sob a Forma Escritural* ("Escritura de Emissão de CCI");

f) a Securitizadora é uma companhia securitizadora de créditos imobiliários, constituída nos termos do artigo 3º da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei nº 9.514/97"), devidamente registrada perante a CVM nos termos da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 414"), tendo como objeto, dentre outras atividades, a aquisição de recebíveis imobiliários e consequente securitização por meio da emissão de certificados de recebíveis imobiliários;

g) a Securitizadora vinculou os Créditos Imobiliários aos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 3ª Série da sua 1ª Emissão ("CRI"), conforme o *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários*, celebrado, nesta data, entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário ("Termo de Securitização");

h) em 15 de outubro de 2021 os titulares de CRI da 3ª Série da 1ª Emissão da Securitizadora se reuniram em assembleia geral, na qual foram deliberadas e aprovadas matérias que alteram os termos dos CRI e da CCB ("AGT"); e

i) as Partes desejam aditar o Termo de Securitização para que este seja adequado quanto ao deliberado na AGT.

RESOLVEM as Partes firmar o presente "Primeiro Aditamento ao Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 3ª Série da 1ª Emissão da Casa de Pedra Securitizadora de Créditos S.A." ("Primeiro Aditamento"), mediante as seguintes cláusulas e condições.

III – CLÁUSULAS:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

1.1. **Alteração da Cláusula 4.1:** Por esse Primeiro Aditamento, as Partes aprovam a alteração da Cláusula 4.1, que passa a vigor com a seguinte redação:

"4.1. Os CRI da presente Emissão, cujo lastro se constitui pelos Créditos Imobiliários, possuem as seguintes características:

CRI
<p>1. Emissão: 1ª;</p>
<p>2. Série: 3ª;</p>
<p>3. Quantidade de CRI: 16.000 (dezesesseis mil);</p>
<p>4. Valor Global da Série: R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais);</p>
<p>5. Valor Nominal Unitário: R\$1.000,00 (mil reais);</p>
<p>6. Atualização Monetária: pela variação positiva acumulada anual do IGP-M/FGV, observado o seguinte: (i) da data de desembolso (exclusive) até o dia 20 de outubro de 2020 (inclusive), o Valor Principal será atualizado monetariamente pela variação positiva do IGP-M/FGV; (ii) do dia 20 de outubro de 2020 (exclusive) até o dia 20 de outubro de 2021 (inclusive), o Valor Principal será atualizado monetariamente pela variação positiva de 50% (cinquenta por cento) do IGP-M/FGV, de modo que o fator de atualização do Valor Principal nesse período seja de 1,15575790 em 20 de outubro de 2021; e (iii) a partir de 21 de outubro de 2021 (inclusive), não haverá Atualização Monetária do Valor Principal;</p>
<p>7. Prazo: 842 (oitocentos e quarenta e dois) dias;</p>
<p>8. Juros Remuneratórios: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios anuais, capitalizados diariamente, pro rata temporis, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, de</p>

CRI

acordo com a fórmula constante no Anexo II da CCB, desde a Data da Primeira Integralização, exclusive, ou da Data de Aniversário dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, exclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, observado o seguinte: (i) da data de desembolso (exclusive) até o dia 20 de outubro de 2021 (inclusive), sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios equivalentes a 13,50% (treze inteiros e cinquenta décimos por cento) ao ano; (ii) a partir do dia 21 de outubro de 2021 (inclusive), até a data do efetivo pagamento (inclusive), sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão Juros Remuneratórios equivalentes a 19,56% a.a. (dezenove inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) ao ano;

9. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios: Mensal, de acordo com a tabela constante do Anexo II deste Termo de Securitização;

10. Periodicidade de Pagamento da Amortização: A amortização do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI será realizada na Data de Vencimento, sem prejuízo das hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa e Amortização Antecipada Obrigatória previstas na CCB.

11. Regime Fiduciário: Sim;

12. Sistema de Registro e Liquidação Financeira: conforme previsto na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Termo de Securitização;

13. Data de Emissão: 01 de Outubro de 2019;

14. Local de Emissão: São Paulo/SP;

15. Data de Vencimento: 20 de janeiro de 2022;

16. Garantia Flutuante: Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora;

17. Garantias: Cessão Fiduciária, Promessa de Alienação Fiduciária, Garantia Fidejussória e Alienação Fiduciária Unidades em Estoque;

18. Coobrigação da Emissora: Não há;

19. Carência: de 4 (quatro) meses para o pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme Anexo II a este Termo de Securitização;

20. Subordinação: os CRI serão emitidos em uma única série, não havendo, portanto, qualquer subordinação entre eles;

21. Forma: escritural."

1.2. **Alteração da Cláusula 6.1:** Por esse Primeiro Aditamento, as Partes aprovam a alteração do *caput* da Cláusula 6.1, que passa a vigor com a seguinte redação:

"6.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário deste Termo de Securitização será objeto de Atualização Monetária anual, de acordo com a variação positiva do IGP-M/FGV, observado o seguinte: **(i)** da data de desembolso (exclusive) até o dia 20 de outubro de 2020 (inclusive), o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário será atualizado monetariamente pela variação positiva do IGP-M/FGV; **(ii)** do dia 20 de outubro de 2020 (exclusive) até o dia 20 de outubro de 2021 (inclusive), o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário será atualizado monetariamente pela variação positiva de 50% (cinquenta por cento) do IGP-M/FGV, de modo que o fator de atualização do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário nesse período seja de 1,15575790 em 20 de outubro de 2021; e **(iii)** a partir de 21 de outubro de 2021 (inclusive), não haverá Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário:

$$SDA = SDB \times C$$

Onde:

SDA = Saldo Devedor Atualizado, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

SDB = saldo devedor na data da Data da Primeira Integralização ou saldo devedor após a última Amortização Antecipada Obrigatória, Amortização Extraordinária Facultativa, pagamento ou incorporação dos Juros Remuneratórios, se houver, o que ocorrer por último, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator da variação mensal do IGP-M/FGV, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado conforme abaixo:

$$C = \left(\frac{NI_{m-2}}{NI_{m-3}} \right)^{\frac{dcp}{act}}$$

Onde:

NI_{m-2} = Número Índice do IGP-M/FGV do segundo mês imediatamente anterior ao mês de emissão, ou data de cálculo. Para fins da primeira atualização monetária, que ocorrerá em 20 de Outubro de 2019, será utilizado o número índice do mês de Agosto de 2019, divulgado no mês de setembro;

NI_{m-3} = Número Índice do IGPM/FGV do terceiro mês imediatamente anterior ao mês de emissão deste Termo de Securitização, ou data de cálculo. Para fins da primeira atualização monetária, que ocorrerá em 20 de outubro de 2019, será utilizado o número índice do mês de Julho de 2019, divulgado no mês de agosto;

dcp = Número de dias corridos entre a última Data de Aniversário, conforme descrita no Anexo I, e a data de cálculo, sendo dcp um número inteiro. Para fins da primeira atualização

monetária, que ocorrerá em 20 de Outubro de 2019, o *dcp* será o número de dias corridos entre a data da primeira integralização do CRI e 20 de Outubro de 2019.

dct = Número de dias corridos entre a última Data de Aniversário, conforme descrita no Anexo II, e a próxima Data de Aniversário, sendo *dcp* um número inteiro. Para fins da primeira atualização monetária, que ocorrerá em 20 de Outubro de 2019, o *dct* será o número de dias corridos totais entre a data de emissão deste Termo de Securitização e 20 de Outubro de 2019.

6.1.1. Na hipótese de não divulgação do NI_{m-2} até qualquer uma das Data de Aniversário, conforme descritas no Anexo II deste Termo de Securitização por qualquer razão, impossibilitando, portanto, o cálculo final do valor então devido pela aplicação do fator da variação do IGP-M/FGV, será aplicada a última variação do índice conhecida.

6.1.2. A aplicação do IGP-M/FGV, ocorrerá na menor periodicidade permitida por lei, prescindindo eventual modificação da periodicidade de aplicação da correção monetária de aditamento ao presente Termo ou qualquer outra formalidade."

1.3. **Alteração da Cláusula 6.2:** Por esse Primeiro Aditamento, as Partes aprovam a alteração da Cláusula 6.2, que passa a vigor com a seguinte redação:

"**6.2 Juros Remuneratórios:** serão pagos mensalmente, em cada Data de Aniversário, conforme descritas no Anexo II da Cédula, com base na seguinte fórmula:

$$J = SDA \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

Onde:

J = Valor unitário dos juros acumulados no período, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

SDA = Conforme definido acima

Fator de Juros = Fator calculado com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = \left[\left(\frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{30}{360} \frac{dcp}{dct}} \right]$$

Onde:

i = **(i)** da data de desembolso (exclusive) até o dia 20 de outubro de 2021 (inclusive), *i* = 13,50 (treze inteiros e cinquenta décimos); **(ii)** a partir do dia 21 de outubro de 2021 (inclusive), até a data do efetivo pagamento (inclusive), *i* = 19,56. (dezenove inteiros e cinquenta e seis centésimos).

dcp = Número de dias corridos entre a última Data de Aniversário, conforme descrita no Anexo II, e a data de cálculo, sendo dcp um número inteiro. Para fins do primeiro pagamento, que ocorrerá em 20 de Outubro de 2019, o dcp será o número de dias corridos entre a Data da Primeira Integralização do CRI e 20 de Outubro de 2019.

dct = Número de dias corridos entre a última Data de Aniversário, conforme descrita no Anexo II e a próxima Data de Aniversário, sendo dct um número inteiro. Para fins do primeiro pagamento, que ocorrerá em 20 de Outubro de 2019, o dct será o número de dias corridos totais entre a Data de Emissão da Cédula e 20 de Outubro de 2019.”

1.4. **Alteração do Anexo I:** Por esse Primeiro Aditamento, as Partes aprovam a alteração do item 8 do Anexo I, que passa a vigor com a seguinte redação:

"8. CONDIÇÕES DE EMISSÃO	
<i>Data do Primeiro Vencimento</i>	<i>20 de outubro de 2019</i>
<i>Data de Vencimento Final</i>	<i>20 de janeiro de 2022</i>
<i>Prazo Total</i>	<i>842 (oitocentos e quarenta e dois) dias a contar da Data de Emissão</i>
<i>Valor Principal</i>	<i>R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), na Data de Emissão;</i>
<i>Atualização Monetária e Juros Remuneratórios</i>	<p><u>Atualização Monetária:</u> O Valor Principal será atualizado monetariamente anualmente pela variação positiva do Índice Geral de Preço ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV" e "Atualização Monetária", respectivamente), observado o seguinte: (i) da data de desembolso (exclusive) até o dia 20 de outubro de 2020 (inclusive), o Valor Principal será atualizado monetariamente pela variação positiva do IGP-M/FGV; (ii) do dia 20 de outubro de 2020 (exclusive) até o dia 20 de outubro de 2021 (inclusive), o Valor Principal será atualizado monetariamente pelo equivalente a 50% (cinquenta por cento) da variação positiva do IGP-M/FGV, de modo que o fator de atualização do Valor Principal nesse período seja de 1,15575790 em 20 de outubro de 2021; e (iii) a partir de 21 de outubro de 2021 (inclusive), não haverá Atualização Monetária do Valor Principal.</p> <p><u>Juros Remuneratórios:</u> Sobre o Valor Principal incidirão juros remuneratórios mensais, capitalizados diariamente, pro rata temporis, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, de acordo com a fórmula constante no Anexo II desta Cédula, desde a data de desembolso, exclusive, ou da data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior,</p>

	<p><i>inclusive, até a data do efetivo pagamento, inclusive ("Juros Remuneratórios"), observado o seguinte: (i) da data de desembolso (exclusive) até o dia 20 de outubro de 2021 (inclusive), sobre o Valor Principal incidirão juros remuneratórios equivalentes a 13,50% (treze inteiros e cinquenta décimos por cento) ao ano; (ii) a partir do dia 21 de outubro de 2021 (inclusive), até a data do efetivo pagamento (inclusive), sobre o Valor Principal incidirão Juros Remuneratórios equivalentes a 19,56% a.a. (dezenove inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) ao ano.</i></p>
<p><i>Encargos Moratórios:</i></p>	<p><i>No caso de inadimplemento de qualquer das obrigações pecuniárias assumidas na Cédula, ou atraso, por parte da Devedora, no pagamento de parte ou da totalidade do saldo devedor da Cédula, seja pelos vencimentos estipulados no Cronograma de Pagamentos constante no Anexo I da Cédula ou na ocorrência de qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado, também definidos na Cédula, será devido pela Devedora, de forma imediata e independente de qualquer notificação, o saldo devedor, incluindo Valor Principal acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos, na forma prevista na Cédula, e acarretará, a partir do inadimplemento:</i></p> <p><i>(i) aplicação de multa não indenizatória de 2% (dois por cento) incidente sobre o montante inadimplido; e</i></p> <p><i>(ii) aplicação, sobre o montante inadimplido, de juros moratórios de 1% (um por cento) linear ao mês, com base em um mês de 30 (trinta) dias, desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento das obrigações em mora.</i></p> <p><i>No caso de inadimplemento de qualquer das obrigações não pecuniárias assumidas na Cédula, a Devedora, a contar da data de notificação, está sujeita a aplicação de multa diária de R\$1.000,00 (mil reais), limitado a 5% (cinco por cento) do saldo devedor da dívida.</i></p>
<p><i>Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios</i></p>	<p><i>Mensalmente, a partir de 20 de outubro de 2019, inclusive;</i></p>
<p><i>Periodicidade de Pagamento de Amortização</i></p>	<p><i>Na Data de Vencimento Final</i></p>
<p><i>Demais características</i></p>	<p><i>O local, as datas de pagamento e as demais características da CCB estão definidas na própria CCB."</i></p>

1.5. **Alteração do Anexo II:** Por esse Primeiro Aditamento, as Partes aprovam a alteração do Anexo II, que passa a vigor com a seguinte redação:

CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

Data de Aniversário	Paga Juros?	Tai
20/10/2019	N	-
20/11/2019	N	-
20/12/2019	N	-
20/01/2020	N	-
20/02/2020	S	-
20/03/2020	S	-
20/04/2020	S	-
20/05/2020	S	-
20/06/2020	S	-
20/07/2020	S	-
20/08/2020	S	-
20/09/2020	S	-
20/10/2020	S	-
20/11/2020	S	-
20/12/2020	S	-
20/01/2021	S	-
20/02/2021	S	-
20/03/2021	S	-
20/04/2021	S	-
20/05/2021	S	-
20/06/2021	S	-
20/07/2021	S	-
20/08/2021	S	-
20/09/2021	S	-
20/10/2021	S	-
20/11/2021	S	-
20/12/2021	S	-
20/01/2022	S	100%

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RATIFICAÇÕES

2.1. **Ratificações:** Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as demais cláusulas, itens, características e condições estabelecidas no Termo de Securitização e Anexos, que não tenham sido expressamente alteradas por este Primeiro Aditamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. **Irrevogabilidade:** Este Primeiro Aditamento é firmado em caráter irrevogável e

irretratável, obrigando as Partes ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

3.2. Foro: As partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir todo litígio ou controvérsia originária ou decorrente deste Primeiro Aditamento, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

3.3. Lei: O presente Primeiro Aditamento é regido, material e processualmente, pelas leis da República Federativa do Brasil.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam este Primeiro Aditamento eletronicamente, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo.

São Paulo, 22 de dezembro de 2021

CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

Emissora

Nome: Rodrigo Geraldi Arruy

Cargo: Diretor Presidente

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS
LTDA**

Agente Fiduciário

Nome: Matheus Gomes Faria

Cargo: Diretor

Testemunhas:

Nome: Mara Cristina Lima

CPF: 148.236.208-28

Nome: Flavia Rezende Dias

CPF: 370.616.918-59

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/00B9-7028-20F4-6B67> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 00B9-7028-20F4-6B67



Hash do Documento

29E73807C077C8094A45E91C26FD243D1500CB70B5FB4F971F6592903DC0DA19

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/01/2022 é(são) :

Matheus Gomes Faria (Diretor - Simplific Pavarini) - 058.133.117-69 em 23/12/2021 11:12 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Rodrigo Geraldi Arruy (Diretor - Casa de Pedra) - 250.333.968-97 em 22/12/2021 18:46 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Flavia Rezende Dias (Testemunha) - 370.616.918-59 em 22/12/2021 15:44 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Mara Cristina Lima (Testemunha) - 148.236.208-28 em 22/12/2021 15:26 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

